

Reflexões Sobre a Psicologia do Meio Ambiente

CARLOS BARRACHO (*)

1. A PSICOLOGIA DO MEIO AMBIENTE

O aparecimento da Psicologia do Meio Ambiente é devido a uma conjunção de vários factos: os progressos científicos, em particular a abordagem fenomenológica e a análise de situações, a vontade de preservar o meio ambiente, a emergência de trabalhos dos ecologistas e em particular aos trabalhos do famoso Clube de Roma, que chamou a atenção para o equilíbrio do homem e do planeta (*The Limits to Growth*). Toda a esta situação se produziu a partir do momento em que o homem, após a Segunda Guerra Mundial, começou a ter uma grande apetência de serviços, de espaço, de equipamentos e produtos até então ignorados ou injustificados. O homem sentiu vontade de *equilibrar* uma estrutura de vida que se tornava cada vez mais artificial (a cidade) e fazer um *regresso à Natureza*.

As investigações em Psicologia Social sobre as mudanças comportamentais tiveram como precursores K. Lewin (1948) e os seus colaboradores Festinger, Schachter, Back (1950) e Deutsch (1949), entre outros. Segundo Lewin, a investigação em Psicologia Social podia e devia ser aplicada aos problemas concretos do quotidiano, sem excluir os estudos de laboratório que desenvolveriam teorias mais abstractas.

Apesar dos excelentes resultados científicos obtidos neste período, os psicólogos encontraram obstáculos na operacionalização das investigações experimentais em laboratório. Elas não permitiam fazer face a determinados problemas específicos (pobreza, resultados escolares medíocres, etc.) devido à ausência de conceitos teóricos e de investigações pertinentes ligadas ao *ambiente diário* dos sujeitos. Elementos tais como o aumento demográfico, identificação no espaço do ponto «Aqui» (Moles, Proshansky), noção de espaço pessoal e de territorialidade (Hediger, Hall, Sommer, Moles), aprendizagem e competência do meio eram à época desconhecidos e só apareceram muito mais tarde.

Foi a percepção nítida desta omissão de elementos teóricos fundamentais, ao mesmo tempo que a ameaça de uma crise ambiental (Clube de Roma, Ecologia, Turismo como indústria) que fizeram nascer a moderna Psicologia do Meio Ambiente como um campo de investigação científica retomando anteriores trabalhos (von Uexkull, Haeckel, e outros). Esta situação foi dramatizada por alguns actos de protesto organizados por um punhado de ecologistas, homens bem instalados socialmente e economicamente. Seguidamente apareceu um novo movimento propondo novos objectivos: os espaços naturais e «selvagens» já não eram vistos como inesgotáveis, conforme o previu

(*) Professor Associado, ISPA.

Paul Valéry num texto célebre («... nul il qui ne porte un drapeau»); os espaços urbanos tornavam-se também turísticos em contraste com a ideia romântica da Natureza; o controlo da natalidade tornava-se necessário; o uso e abuso da energia originaram mudanças qualitativas do ambiente e sugeriram a ideia e mais tarde a ideologia de «Zero Growth».

Uma forte consciencialização da melhoria da qualidade de vida e da sua rápida deterioração causada pelo desenvolvimento dos espaços urbanos, do aumento do *stress*, das bichas e dos banhos de multidão (a partir dos anos 70), pôs em causa o valor humano do progresso científico e tecnológico. Face a esta situação, um grupo de investigadores (em particular sociólogos e psicólogos) criaram, a partir daquela data, uma nova disciplina — o que se chama nos EUA de Psicologia do Meio Ambiente — nascida da conjunção de estudos sobre a Psicologia do Espaço (Moles, 1966) e da concentração de esforços para responder a todos os problemas ambientais complexos.

Os anos 60 foram uma tomada de consciência: o meio ambiente era um dos principais factores para o bem-estar do homem. Onde a quantidade de estudos acerca da qualidade de vida, os climas sociais, o planeamento urbano, a poluição...

Foram os movimentos ecologistas que se aperceberam que os recursos do planeta não eram ilimitados, e que a degradação progressiva do meio ambiente, nas sociedades industrialmente mais desenvolvidas, atentavam contra a sua sobrevivência. Foram essas tomadas de posição que desenvolveram a Psicologia do Meio Ambiente, analisando os diferentes tipos de poluição: físico e material, visual (Covarrubias, social (presença doutras pessoas no meio «reputado» de deserto) (Barracho, 1990).

São variadas as definições de Psicologia Ambiental, mas consideramos importante referir aqui a de Proshansky: «É o estudo do comportamento humano na relação com o meio ambiente ordenado e definido pelo homem.» (Proshansky, et al., 1970).

Para este autor, o homem não é o produto passivo do ambiente da mesma forma que este não é apenas um produto da acção humana, resultando ambos das interacções e

mudanças constantes existentes entre eles.

A abordagem fenomenológica, que queremos uma vez mais citar, foi essencial nesta nova disciplina, apesar da falta de uma teoria predictiva. Um certo consenso liga os psicólogos do ambiente e os do espaço relativamente a algumas ideias fundamentais: contexto multidisciplinar e carácter prático que valoriza os problemas quotidianos (Proshansky, 1970; Levy-Leboyer, 1976). A Psicologia do Ambiente deve procurar a significação dos comportamentos e das reacções verbais através dos processos cognitivos e afectivos que evoluem entre o homem e o seu meio. Finalmente, ele não pode ser «atómico», isolando os diferentes elementos do meio (ruído, poluição, etc.), «uma vez que este último deve ser entendido de uma forma global pelos indivíduos que nele vivem» onde a valorização deste meio não pode ser «o simples resultado de diversas valorizações específicas, mas sim o resultado de uma série de compensações, expectativas e comparações» (Levy-Leboyer, 1976).

Por fim, para a psicologia do ambiente, este último pode ser manipulado de duas maneiras:

- como variável dependente;
- como variável independente.

Como *variável dependente*, o ambiente é manipulado para questionar os efeitos do comportamento humano sobre a sua qualidade.

Como *variável independente* apresentam-se três níveis de análise.

1. *Ambiente natural* que é a concepção da influência do ecossistema nas respostas do indivíduo (ex.: percepção do ambiente, atitudes *vis a vis* da paisagem, etc.).
2. *Ambiente construído* a três níveis: a) ambientes de características fixas (ex.: edifícios) b) ambientes de características semi-fixas (ex.: móveis) c) ambientes de características variáveis (ex.: luminosidade, temperatura, etc.).
3. *Ambiente social* que inclui aspectos como o espaço social, a territorialidade, a intimidade, a privacidade, a ecologia dos pequenos grupos. É na realidade, uma combinação de factores físicos, materiais e sociais.

Em resumo, a articulação entre a teoria e

prática na emergência da psicologia do ambiente é devida a uma atitude social, quer dizer, a uma tomada de consciência dos movimentos ecológicos e às novas orientações das ciências humanas, animadas em particular por autores tais como Prohansky, Hall, Sommer, Moles. É hoje cada vez mais premente a componente ambiental para podermos integrar convenientemente todos os factores pertinentes dos estudos que se realizam na área da Psicologia Social e das Organizações.

2. DIFERENTES ABORDAGENS DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

2.1. A comunicação Homem-Meio

A inter-relação estabelecida com o meio envolvente e a sua apropriação são definidas pelo sujeito através da distância que ele próprio determina; esta distância, física ou psicológica influenciará a comunicação estabelecida entre o sujeito, o seu meio e os outros.

O primeiro conceito, o de *espaço pessoal*, descrito também como «bolha» ou «esfera fenomenológica» (Hall, Sommer, Moles), é uma espécie de «fronteira invisível» dos comportamentos que representa uma zona peri-corporal, quer dizer, uma espécie de prolongamento psicológico do corpo.

Um outro conceito fundamental é o de *apropriação* que contém duas ideias de base: a) transformar um lugar num ponto de referência (identidade) e b) assinalar um lugar através da utilização do «uso», da linguagem e da cultura de cada um.

Hall (1966) propõe um sistema de classificação da apropriação construído a partir de três níveis de base da organização espacial:

1. O nível infra-cultural;
2. O nível pré-cultural;
3. O nível micro-cultural.

O mundo das nossas percepções e dos nossos hábitos resume-se a um conjunto de códigos decompostos e analisáveis. Toda a teoria que o envolve (interacção social) fundamenta-se na noção de «distância» colocada pelo sujeito, segundo a natureza e as circunstâncias da sua relação inter-pessoal. O espaço pessoal é

um sistema de regulação das interacções.

Para Hall a expressão mais forte será a de *distância*; distância que as pessoas estabelecem umas em relação às outras em função da organização social. Esta ideia corresponde as de *Doxiades* e do *CIAM*: o parâmetro mais importante das relações que o homem estabelece com o seu meio é o de *densidade humana* deste mesmo meio, ou reciprocamente aquilo que Moles chama de «raio próprio de acção». A distância tem duas funções: *domínio e interacção*; tornam-se evidentemente mais importantes aquelas que gerem um maior *espaço pessoal* (cf. a diferença entre ricos e pobres).

Sobre esta questão das distâncias, uma vez mais Hall define quatro tipos:

1. Distância íntima;
2. Distância pessoal;
3. Distância social;
4. Distância pública.

Estas quatro distâncias são, em certa medida, utilizadas segundo o tipo de interacções que estabelecemos, segundo os nossos desejos e intimidade existente (conhecidos, amigos, estrangeiros) e formam quatro territórios, válidos não só para o homem mas também para os animais. A cada um deles corresponde, então, uma determinada forma de interacção social.

Por outro lado, cada cultura humana delimita, de forma diferente, a grandeza destas distâncias ao mesmo tempo que as actividades que lhe são inerentes.

Estas distâncias não se avaliam em «metros» ou «centímetros» mas sim pelo subterfúgio da acção dos sentidos — ver, ouvir, cheirar, tocar —; elas variam segundo os mundos sensitivos e segundo as culturas em que os indivíduos estão inseridos. Segundo diversos autores (Hall, 1966; Sommer, 1969; Goffman, 1973; Moles, 1974; Horowitz, 1974) elas representam uma zona de protecção, chamada em inglês de «Buffer zone» ou em francês de «Zone tampon», dotadas de uma carga emocional a partir da qual se estabelecem os contactos com os outros.

Argyle e Dean (1965) demonstraram que existe um ponto de equilíbrio para toda a relação com um determinado momento: a distância é um dos meios para estabelecer o *justo nível de*

intimidade dos indivíduos que interagem. Quando a distância é inapropriada, os «correctivos» utilizados serão o contacto visual dependente da orientação corporal (*directness*) dos sujeitos em interacção ou então a construção de «ritos de transposição» (Moles) traduzidos pelo código das «boas maneiras» de se comportar.

Por outro lado, Argyle (1965) e Fischer (1968) descobriram que as distâncias variam se os indivíduos se olharem face a face, num mesmo sentido ou em sentidos diferentes. Outro autor, Beck (1970), refere um novo processo de desenvolvimento do conceito de «espaço» segundo o qual o homem interpreta a complexidade das componentes sociais e físicas do seu meio ambiente socorrendo-se do seu próprio «espaço».

Hall (1966), Maccoby (1971), Fry e Willis (1971), e Boris (1960) realizaram investigações sobre a variação e comparação das distâncias nas crianças e adultos de diferentes culturas, partindo de trabalhos de etologia de Hediger que mediu a distância de fuga à aproximação do homem. Esta distância encontra-se ligada, de uma maneira característica, ao tamanho do animal, cresce durante a época de caça e diminui nas reservas onde a caça é interdita. Também Marler observou os contactos agressivos entre os pássaros cujas manjedouras se encontravam colocadas a distâncias diversas. Os resultados focam com evidência a existência de uma zona à volta de cada indivíduo (mais do que um limiar claro de distância). Torna-se evidente que a maioria das sociedades animais utilizam um sistema bem definido para regular o espaço entre os organismos; como o demonstraram os trabalhos de Hediger e Marler, existe uma distância individual entre os membros da mesma espécie bem como uma distância de fuga: é a distância a partir da qual um animal tentará fugir (marcar) sempre que um membro de outra espécie se aproxima dele.

Hediger afirma que pássaros e mamíferos estabelecem relações uniformes entre eles, classificando-as da seguinte maneira:

- distância de vôo;
- distância crítica;
- distância pessoal;
- distância social.

As duas primeiras não se aplicam às reacções humanas ainda que subsistam as duas últimas. Como é sabido, os animais para reagirem à invasão das *suas* próprias distâncias, utilizam comportamentos territoriais que se encontram também no homem, e exprimem uma definição de desejo de posse e ocupação de posições num dado «espaço».

Em breve, a territorialidade é um dos meios de estabelecer e conservar a própria identidade pessoal e a vida privada; este conceito de territorialidade é um fenómeno social que permite a livre comunicação entre indivíduos e grupos. Para Goffman, a vida social é, primeiramente, uma sucessão de acções dramáticas representadas perante os outros. Esta representação utiliza a linguagem, um simbolismo social, uma dialéctica de atitudes e gestos individuais nos quais o indivíduo tem plena consciência do seu papel. Se bem que o actor «se esconda» por detrás do seu papel, os seus gestos corporais denunciam-no, permitindo que a informação passe; mesmo o seu silêncio o trairá, pois ele não deixa de comunicar através da sua linguagem corporal.

Paradoxalmente, para *reduzir ao mínimo a informação* que fornece involuntariamente aos outros, ele necessita de se integrar e agir de acordo com as regras do grupo social. A compreensão de uma dialéctica corporal comum a um grupo de indivíduos é intitulada de sociedade: os signos corporais produzidos pelos indivíduos e observados pelos outros conduzem ao julgamento pertinente da comunicação. Goffman distingue três tipos de «marcadores» que permitem aos indivíduos assegurar uma *mise en scène* do espaço:

- Marcadores centrais;
- Marcadores de fronteiras;
- Marcadores de signos.

2.2. A Apropriação e a Territorialidade

A relação que o homem (objecto e organismo vivo) mantém com o mundo físico que o envolve, pode ser medida não só em função dos seus desígnios, mas também dos seus processos cognitivos. Estes últimos, tais como a maneira de ler, de interpretar e inventar o ambiente, são compostos de uma série de identidades isoladas

que, relacionados entre eles, acabarão por ter a um dado momento, um sentido.

Para Sansot (1976), a apropriação, mais afectiva do que activa, é conseguida através de diversos processos de identificação, ligados ou não a um comportamento. Pelo contrário, para Proshansky, a apropriação é um acto de domínio do espaço físico ou psicológico de um lugar. Ele é contínuo e temporal como uma sucessão de «reapropriações», permitindo ao sujeito, apesar das suas próprias mudanças e das que ocorrem no meio, manter um forte domínio do seu espaço (Barracho, 1990).

Este domínio é conseguido com a ajuda de determinados padrões de comportamento social, tais como a) a atitude espaço-territorialidade e b) a soberania.

O domínio é constituído por sistemas de comportamento ao nível das espécies gregárias, assegurando a coesão e a estabilidade dos grupos, utilizando a repartição do espaço entre indivíduos e grupos (regulando e gerindo as relações hierárquicas no interior dos grupos) ou ainda permitindo uma estratégia de *pção* entre os territórios (individuais ou em grupo) hierarquizados em função das condições ecológicas em vigor.

Tais sistemas de comportamento, que mantêm a homeostasia social, encontram-se implantados no programa etológico das espécies. Estas manifestações territoriais não desapareceram da espécie humana e Stea (1977) afirma que o comportamento varia segundo o território no qual o indivíduo se encontra, dividindo-o da seguinte forma:

- Unidade territorial;
- Grupo territorial;
- Complexo territorial.

A abordagem dos etólogos dá-nos a seguinte definição para a palavra «território»: «área fixa, defendida pelo seu proprietário contra os estranhos, através de meios directos ou de rituais que o identificam relativamente a estes.»

Uma relação de reciprocidade une o território ao comportamento: toda a mudança que se produza num deles altera o outro. A génese do conceito de «território» aparece através de diversos estudos sobre o comportamento territorial dos animais vivos no seu habitat natural ou em cativeiro, primeiramente sobre

os pássaros (Howard, 1920) e veados (Darling, 1937; Tinbergen, 1958) e em particular com Hediger (1950) que definiu a maior parte dos conceitos como territorialidade, domínio e densidade. O estudo mais conhecido que demonstra a importância do factor «densidade» sobre o comportamento animal foi realizado por Calhoun (1962) e os resultados confirmados por outros estudos (Christian, 1961; Flyger, 1961; David, 1961), confirmando que o aumento da densidade é um factor de perturbação dos comportamentos.

Doxiadis, no quadro da Ekística, mostrou a pertinência da densidade nas sociedades humanas. O conceito de território começou a ser aplicado aos comportamentos espaciais humanos através de observações das acções (comportamentos) de «marcação» e defesa (ex.: os gangs e o território dos vendedores — Peters, 1969). Alguns autores referem-se claramente a esta situação (Ardrey, 1966; Lorenz, 1970) transpondo para a escala humana os resultados das suas observações com os animais.

A Psicologia do Ambiente utiliza o conceito num outro contexto de análise: ela estuda os territórios humanos dentro de «quadros sociais», dando-lhe uma interpretação psicológica e cultural.

Para nós, a palavra «território» é um dos três níveis do espaço psicológico; pode-se dizer que o território é um lugar físico que é transformado em espaço pessoal ou, ainda, um código cultural de um dado espaço.

Altman (1975), utiliza o termo território para designar, em primeiro lugar, um local ou área geográfica ocupada por um sujeito ou grupo e que de uma certa maneira tornam sua propriedade; ele serve de suporte a uma ou várias funções (trabalho, repouso) e implica apropriação ou personalização do local através da ajuda de marcadores. A partir destas precisões, Altman distingue vários níveis de territórios:

- Territórios primários;
- Territórios secundários;
- Territórios públicos.

O território, para o animal, é um local de vida e sobrevivência com uma base essencialmente biológica. É um local de comportamentos (como sabemos não existe

comportamento sem território) que joga dois grandes papéis: ser um *sistema de aprendizagem* e um *local de adaptação* biológica.

Para o homem, ao contrário, o território é um *sistema de potencialidades* sociais e não biológicas. A organização de um território, inserido num espaço geográfico próprio, depende de uma política económico-social e de uma tomada de posição dos seus ocupantes, garantindo um património utilizável em caso das necessidades de momento ou futuras.

Um traço concreto do conceito de apropriação e conceptualização do espaço, é o de que ele não é euclidiano para todas as culturas: os nossos rectângulos procedem da nossa hereditariedade como agricultores, que percebem pensando no plano, mas para os Yurok (índios que vivem nas margens do rio Klamath na Califórnia do Norte) a disposição geográfica e as próprias condições de vida dão-lhes a ideia de um universo em estrutura tubular; o seu mundo é fechado, definido por eles próprios como um círculo com cerca de 200km de diâmetro, cortado ao meio pelo rio. Todavia este mundo, pequeno e limitado, é aberto, tem a «boca» aberta para o oceano: o centro do mundo dos Yurok é evidentemente o rio, onde as coisas passam e circulam sem obstáculos. Um outro exemplo, é-nos dado pela hora das refeições: a ingestão de alimentos, num país árabe, é acompanhada por determinada comunicação entre os participantes — os seus gestos, a maneira de se sentarem, a de comer com as mãos — e confere à refeição um espaço específico e um carácter atractivo. No seio de uma família europeia, a apropriação afectiva será limitada pelo carácter rígido do sistema de valores (normas sociais, convenções e recomendações); assim, o local de refeição é um lugar de comunicação, de prazer e, paralelamente, um tempo de aprendizagem da socialização. Encontraremos aí, certamente, categorias sociais, representações (papéis) e preconceitos (modos de agir, de pensar) (Barracho, 1990).

Para terminar, diremos que a apropriação individual é ainda a interiorização de sentimentos sociais definidos pelo processo de socialização. Toda a apropriação reproduz a estrutura específica de uma sociedade histórica num dado momento. A adaptação a um deter-

minado meio procura uma certa margem de liberdade e de autonomia para as condutas, tanto individuais como colectivas, e variam segundo o estatuto social dos sujeitos.

Quanto maior é o estatuto, maior se torna o espaço adquirido: o operário junto à sua máquina (2 m²), o contramestre com os seus 70 m², o director de pessoal com um território pessoal de 100 m². Uma vez mais o grau de atribuição de espaço depende do nível de acção mais ou menos permitido; quer dizer, a «desapropriação» é um conceito ligado aos meios utilizados para criar um sentimento de «não posse» no sujeito individual ou colectivo, do seu próprio espaço; mas isto não impede de desenvolver um sentimento mais ou menos forte de apropriação do seu local de trabalho, mesmo que este não lhe pertença (Barracho, 1990).

Como acabámos de ver, a personalização do território ocupado facilita as interacções e está ligada a factores afectivos e cognitivos inerentes não só ao indivíduo como ao sistema social em que ele está inserido. Os fortes laços de ligação que o sujeito cria com o território fortalece a sua própria identidade cujo processo, começa na infância, prolongando-se por toda a vida adulta e manifestando-se em todo o tipo de escolhas e comportamentos.

BIBLIOGRAFIA

- Abler, R., Adams, J. & Gould, P. (1971). *Spatial organization*. New York: Prentice Hall.
- Altman, I. (1975). *Environmental and social behavior: Privacy, personal space, territory and crowding*. Monterey: Brooks/Cola.
- Aschraft, N. & Schefflen, A. (1976). *People space*. Anchor Books.
- Barracho, C. (1990). *Théorie systémique de l'exploitation des paysages touristiques*. Thèse de Doctorat, Strasbourg.
- Downs, R.M. & Stea, D. (1977). *Maps in minds: reflections on cognitive mapping*. New York: Harper & Row.
- Fischer, G.-N. (1989). *Psychologie des espaces de travail*. Paris: Armand Colin.
- Friedrich, P. (1981). *La ville comme labyrinthe*. Thèse de Doctorat, Strasbourg.
- Gould, O. & White, R. (1974). *Mental maps*. New York: Pelican.

- Hall, E.T. (1978). *La dimension cachée*. Paris: Ed. du Seuil.
- Holohan, C.J. (1982). *Environmental psychology*. New York: Random House.
- Ittelson, W.H., Proshansky, H.M., Rivlin, L.G. & Winkel, G.H. (1975). *Introduction to environmental psychology*. New York: Rinehart and Wiston.
- Jimenez-Burillo, F. & Aragones, J.I. (1986). *Introduction à la psicologia ambiental*. Madrid: Ed. Alianza S.A.
- Lefevre, C. (1983). *Flux touristiques et labyrinthes urbains*. Thèse de Doctorat, Strasbourg.
- Levy-Leboyer, C. (1980). *Psychologie et environnement*. Paris: PUF.
- Moles, A. & Rohmer, E. (1990). *Psicologia del espacio*. Barcelona: Circulo de Lectores.
- Newman, O. (1975). *Defensive spaces*. New York: Collins Paperback.
- Paul-Levy, F. & Segaud, M. (1983). *Antropologie de l'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou/CCI.
- Pol, E. (1981). *Psicologia del medio ambiente*. Barcelona: Oikos-Tau.
- Proshansky, H.M., Ittelson, W.H., Rivlin, L.G. (1970). *Environmental psychology*. New York: Rinehart and Winston.
- Sommer, R. (1969). *Personal space*. New York: Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

RESUMO

Neste artigo, o autor aborda as condições que permitiram o aparecimento da Psicologia do Meio Ambiente, e foca as diferentes perspectivas de alguns autores cuja investigação tem sido fundamental para a construção deste novo ramo da Psicologia.

ABSTRACT

In this article the author discusses the conditions that made possible the development of Environmental Psychology and presents the various perspectives of some authors whose research has been fundamental to the construction of this new Psychology area.